**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

Reinaldo Cordeiro Souza

SÃO PAULO
2013

Reinaldo Cordeiro Souza

Juízo de admissibilidade recursal

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Processo Civil.

Orientadora: Larissa Aveno Ordoñez de Andrade Galvão

SÃO PAULO
2013

Reinaldo Cordeiro Souza
Juízo de admissibilidade recursal

Trabalho apresentado à disciplina do Curso de
Especialização de Direito Processual Civil em
Módulos da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo,

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

À minha querida Euraine,
pelo incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

Às Professoras Karen Cristina Lavoura Lima, Larissa Aveno Ordoñez de Andrade Galvão e Renata Pinto e à Coordenadora Acadêmica Maria Antonieta Zanardo Donato, que tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de classe, pela rica troca de experiências.

A todos que, de alguma forma contribuíram para esta construção.

RESUMO

Esta dissertação realizou um estudo na doutrina e jurisprudência brasileira e no direito comparado. Seu objetivo foi analisar a atividade judicial no que diz respeito à admissibilidade recursal. Foi realizada uma pesquisa de quais aspectos legais são necessários à aceitação de recursos no processo civil e ainda quando eles são ou não admitidos.

Palavras-chave: Admissibilidade. Recursos.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to conduct a study in brazilian doutrine and jurisprudence and comparative law. The aim was to examine the judicial activity in respect of appeal admissibility. A research was done and some legal aspects are required for support resources in civil process and when they are admitted or not.

Key words: admissibility. Resources.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	9
2	Jurisdição e competência.....	10
	2.1 Processo e procedimento.....	11
	2.2 Relação jurídica processual.....	11
	2.3 Atos processuais do juiz e das partes.....	12
3	Cognição e decisão.....	12
	3.1 Discricionariedade judicial.....	13
4	Síntese da teoria geral dos recursos.....	14
5	Impossibilidade de recorrer.....	18
	5.1 Preparo e preclusão.....	18
	5.2 Desistência e renúncia.....	19
6	Juízo de admissibilidade recursal.....	20
	6.1 Natureza jurídica.....	20
	6.2 Tempestividade.....	20
	6.3 Regularidade formal.....	22
	6.4 Interesse recursal.....	23
	6.5 Pressupostos processuais.....	23
	6.6 Juízos de admissibilidade e de mérito.....	25
	6.7 Juízo de retratação.....	26
7	Breves considerações do tema nos principais instrumentos impugnativos.....	28
8	Direito comparado.....	41
9	Jurisprudência.....	43
10	A tendência do tema no projeto do novo Código de Processo Civil.....	48
11	Conclusão.....	50
12	Referências.....	52

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo a pesquisa sobre a natureza do juízo de admissibilidade recursal no processo civil brasileiro.

De início, importa destacar que a matéria está prevista em diversos artigos do Código de Processual Civil e também em legislação extraprocessual.

Importante observar que os requisitos ou pressupostos de admissibilidade dos recursos são diferentes dos requisitos de admissibilidade da ação ou da tutela jurisdicional, apesar da analogia que se pode estabelecer entre uns e outros.

Antes de estabelecer comentários às impugnações recursais, procurou-se examinar alguns requisitos que compõem o chamado juízo de admissibilidade. Assim, evidente que somente quando admissível o recurso pelo cumprimento desses requisitos é que se diz que ele é conhecido.

A classificação dos recursos se dá quanto à matéria (pode ser parcial ou total) e quanto à fundamentação (livre ou vinculada). E o estudo dos princípios recursais complementa a disciplina dos recursos e possibilitam a compreensão do sistema recursal como um todo.

Sabe-se que os princípios recursais são as diretrizes fundamentais aplicáveis ao sistema impugnativo como um todo. Diretamente ou indiretamente, decorrem de princípios fundamentais do processo ou de princípios constitucionais.

Desse modo, há um indicativo de que a ordem jurídica passou a ser encarada como um sistema aberto de princípios e regras respeitosamente considerados.

Posto isso, da análise dos requisitos de admissibilidade se observa uma técnica complexa e formal ao ato de recorrer, sobretudo em casos de recursos como o especial o extraordinário.

2 Jurisdição e competência

Diz-se jurisdição o poder estatal, soberano e primário, de aplicar a regra jurídica estabelecida no direito vigente que disciplina determinada situação jurídica.

Com efeito, a aplicação de regras previamente dispostas depende da apreciação de um caso concreto.

Como não se tolera seja feita a justiça privada, ao interessado cabe deduzir ao Estado-juiz a lide existente e, assim, requerer que a solucione na forma da lei.

A partir do conhecimento das alegações das partes é que se definirá, em cada procedimento, qual o melhor dos interesses deva prevalecer e a forma de composição do conflito.

Diz-se também que a jurisdição é instrumental e se apresenta como uma atividade estatal secundária, pois o litígio deveria primeiro ser exercido de modo amigável pelos interessados.

O Estado não cria o direito, mas tem a função de declará-lo e concretizá-lo nos casos que lhe são submetidos, por meio de um processo para a entrega da prestação jurisdicional correspondente à tutela jurídica.

Se a jurisdição é o poder conferido ao Estado em solucionar lides, competência é a medida da jurisdição atribuída a juízes de determinados ramos do Direito.

Nota-se, pois, que a jurisdição terá fins sociais, políticos e propriamente jurídicos, conforme a essência do Estado cujo poder deva manifestar. Logo, a jurisdição, ao aplicar uma norma ou fazê-la produzir efeitos concretos, afirma a vontade espelhada na norma de direito material, a qual deve traduzir consoante a finalidade do Estado, as normas constitucionais que revelam suas preocupações básicas.¹

---

¹ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, página 36.

A Constituição da República dividiu os órgãos do Judiciário, sendo o Supremo Tribunal Federal o seu guardião. Por conseguinte, compete à jurisdição federal e estadual, dentro da respectiva hierarquia funcional, a solução dos conflitos previstos no sistema constitucional.

Portanto, para haja a efetividade na prestação jurisdicional, é necessária que a jurisdição seja distribuída entre juízes de direito. Ao magistrado somente cabe exercer jurisdição em certa medida, ou seja, apenas a certo grupo de casos.²

Por fim, aos tribunais é conferida autonomia administrativa e financeira, funcionando o Conselho Nacional de Justiça como órgão de natureza administrativa e disciplinar.

2.1 Processo e procedimento

Após o estudo da delegação do poder de solução de litígios, nota-se que o Estado colocou à disposição dos litigantes as tutelas judiciais de natureza cognitiva, execução e cautelar. A diferença entre essas tutelas se verifica na entrega da prestação jurisdicional. Além disso, vários provimentos indicam como cada juízo procede diante de determinado direito de ação.

Enfim, processo é uma unidade, como relação processual em busca da solução estatal, e procedimento é a exteriorização dessa relação e, por isso, pode assumir várias formas pelas quais se desenvolvem nos autos de determinado processo.

2.2 Relação jurídica processual

A relação jurídica processual existe entre autor, juiz e réu. A partir do ajuizamento de uma ação essa relação é apenas estabelecida entre autor e juiz, que somente estará completa com a citação válida do réu.

---

² MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, página 41.

Assim, pode se afirmar que são características da relação jurídica processual: autonomia (em relação ao que discute no processo); trilateralidade (autor, juiz e réu), pública (presente o Estado-juiz), complexa (direitos, deveres e ônus), e dinâmica (procedimento progressivo).

2.3 Atos processuais do juiz e das partes

Não há na doutrina consenso sobre a classificação dos atos processuais, que podem ser de iniciativa do processo (petição inicial), de desenvolvimento processual (instrução e formação), ou de conclusão (decisões ou ato de disposição das partes).

O Código de Processo Civil prevê a existência dos atos da parte, do juiz (e serventuários). No artigo 162 do referido código está previsto que os atos do juiz consistem em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

A instrumentalidade do processo depende do cumprimento de exigências legais, mas o mais importante é o alcance do interesse público em relação à forma em que ele se reveste.

Em regra, os atos processuais são públicos, mas comporta exceção (art. 155 do CPC).

3 Cognição e decisão

A análise da forma da atividade do juiz pode ser vista como poderes instrumentais, ou seja, o fato de o magistrado decidir a composição da relação material ou de um incidente.

Essa decisão é passível de impugnação, porém nem por isso o processo pode se perpetuar no tempo em razão da interposição de recursos. Esse é um dos motivos da existência de um sistema de freios e contrapesos e do limite para recorrer (trânsito em julgado).

A conveniência dos atos processuais deve observar as regras do Direito e se adequar aos princípios de utilidade e economia.

Por outro lado, cada decisão (ato processual) possui característica própria que a difere do direito material. Assim, não existe defeito (nulidade) algum no processo que não possa ser

corrigido pela convalidação (art. 244), pela sua repetição ou retificação (*caput* do art. 249), pela ratificação (§ único do art. 37), ou pela sua impugnação mediante recurso.

3.1 Discricionariedade judicial

O ordenamento jurídico é um sistema aberto basicamente sujeito às influências econômicas, políticas, sociais, dependendo seu funcionamento satisfatório da sua constante reavaliação.

Para justificar a importância do sistema jurídico não se pode ter como fundamento apenas as regras jurídicas, pois deve essencialmente estar embasado nos princípios jurídicos.

A importância dos princípios decorre de seu aspecto funcional, constituindo-se um instrumento de função indicativa de valores, fundamental à interpretação judicial.

A discricionariedade conferida ao administrador público possibilita a escolha do caminho a ser seguido. Modernamente, assenta-se como a melhor finalidade da norma.

Apesar de discricionário não significa de livre interpretação, pois nele somente há espaço para escolhas não qualificadas no mundo jurídico. Logo, o magistrado não pode agir sem deixar de observar a legalidade e, portanto, afirma-se não haver discricionariedade judicial como juízo de oportunidade, mas tão somente a interpretação como fonte de concretização da lei.

Diante dos termos indeterminados e cláusulas gerais de uma decisão, deve o juiz socorrer-se dos princípios jurídicos no momento da interpretação. Os princípios desempenham o papel de se admitir a pluralidade de situações para a solução de conflitos ou lacunas, especialmente pelo emprego da proporcionalidade e da razoabilidade.

E já se afirmou também que “*A liberdade do juiz em decidir não se confunde, em hipótese alguma, com aquela que existe quando se exerce o poder que se convencionou chamar de discricionário na esfera da Administração Pública. Para o magistrado há, nesses casos, em que habitualmente a doutrina assevera que estaria exercendo poder discricionário, liberdade para chegar à decisão correta, que é uma só, em face de certo caso concreto*”.³

---

³ GOMES, Gisele Fernandes Santos. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais, Estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, Coordenação José Miguel Garcia Medina, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luís Otávio Sequeira de Cerqueira e Luiz Manoel Gomes Junior, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 92.

4 Síntese da teoria geral dos recursos

As principais correntes sobre a natureza jurídica dos recursos aduzem, por um lado, ser uma ação autônoma constitutiva negativa relativamente àquela que lhe deu origem, pois visa à desconstituição da decisão judicial e, por outro, ser a continuação do exercício do direito de ação.⁴

Considera-se o recurso um prolongamento do direito de ação dentro do mesmo processo, com a necessidade de serem observados requisitos específicos para a sua admissibilidade, isto é, os pressupostos recursais. Essa comparação entre condições da ação/pressupostos processuais e pressupostos dos recursos é inevitável, até porque é a repetição do direito de ação em fase posterior do procedimento.

Além disso, as condições da ação (legitimidade das partes, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido) se contrapõem à legitimidade e o interesse em recorrer e a existência de recurso previsto no ordenamento jurídico.

Do mesmo modo, os demais pressupostos dos recursos (tempestividade, preparo, inexistência do fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, regularidade formal) podem ser comparados às condições da ação e aos pressupostos processuais.

Em resumo, os chamados remédios jurídicos podem ser classificados em duas espécies:

- 1) Com o objetivo de eliminação do vício;
- 2) Com a finalidade de adequar a legalidade do ato à justiça, caso em que:
  - a) Se atribuir eficácia ao ato viciado ocorrerá convalidação;
  - b) Se negar eficácia ao ato imune de vícios, a principal insurgência se dá através de recurso.

Recurso é uma espécie do gênero remédio que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público ou de terceiro, a fim de que a decisão judicial possa ser submetida a novo julgamento, por órgão de jurisdição hierarquicamente superior, em regra, àquele que a proferiu.

---

⁴ NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos*, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, página.

Incumbe, pois, ao direito positivo a tarefa de estabelecer quais desses remédios são, efetivamente, recursos.

Assim, se o interessado utilizar o mandado de segurança, o *habeas data*, o mandado de injunção, a ação rescisória para, por exemplo, impugnar determinada decisão judicial, não pode dizer que houve interposição de recurso, já que esses remédios instauram um novo processo. Se interposto o agravo de instrumento faz surgir novos autos e novo procedimento, dentro do mesmo processo, não obstante seja promovido diretamente no tribunal (art. 524). Em relação à ação rescisória visa à alteração de um estado jurídico já existente, alcançado pela autoridade da coisa julgada.

Nesse passo, clássica divisão dos meios de impugnação das decisões judiciais considera recursos possíveis dentro da mesma relação processual contra decisões ainda não transitadas em julgado e as ações de autônomas de impugnação dirigidas notadamente contra as decisões já acobertadas ou não pela *res judicate*.

Embora a doutrina afirme que o recurso tem como consequência impedir a formação da coisa julgada, verifica-se apenas o adiamento da preclusão, porquanto é natural que uma vez prolatada a decisão judicial a coisa julgada é dela decorrente.

Constata-se, pois, que ocorrendo o *error in procedendo* (erro no procedimento) enseja a anulação da decisão, enquanto que se houver o *error in iudicando* (erro no julgamento) a sua consequência será a causa de sua reforma, mas nessas hipóteses passíveis de correção por meio de recurso.

Não parece lógico que o direito de recorrer independa de eventuais vícios da sentença que pode até não contê-los (cabíveis embargos de declaração para esclarecimento ou integração da decisão), pois o seu pressuposto é a existência de uma decisão desfavorável, total ou parcial a uma das partes ou terceiro. No entanto, entende-se caber impugnação contra alguma lesividade capaz de obter a reforma da decisão, consoante lição de Liebman: “Do ponto de vista subjetivo, impugnação é o poder que a lei atribui a um sujeito de pedir um novo exame da causa e a pronúncia de uma nova decisão; do ponto de vista objetivo, é o ato

*através do qual tal poder é exercido e também o inteiro procedimento que vem iniciado com este ato”.*⁵

Repita-se existirem recursos exercitáveis, dentro da mesma relação processual, contra decisões ainda não transitadas em julgado e ações autônomas de impugnação (ação rescisória) contra as decisões já acobertadas pela coisa julgada.

Em resumo, alguns dos princípios que informam o processo são: **correspondência**: de despachos, decisão interlocutória, sentença e acórdão existem um determinado recurso; **taxatividade**: veda a criação de recursos além daqueles já existentes na legislação processual federal; **fungibilidade**: os recursos poderão ser recebidos por outro, observadas algumas condições: quando há dúvida doutrinária, jurisprudência acerca do cabimento, prazo; **unicidade**: só cabe recurso para uma decisão, exceto os recursos especial e extraordinário (em regra o recurso especial é julgado antes); **proibição da reformatio in pejus**: vedado o agravamento da situação do recorrente, sob pena de dessa decisão ser considerada *ultra petita*, desrespeitar o princípio da inércia da jurisdição, violar a coisa julgada ou a preclusão de parte da sentença não recorrida, exceto quando se reconhece de ofício matéria de ordem pública; **adequação**: vedação da interposição simultânea de dois ou mais recursos contra uma mesma decisão (embargos de declaração não é exceção à regra, pois, primeiro são resolvidos para posterior interposição da apelação); **singularidade**: o erro de forma na escolha do recurso não gera a invalidade do ato, a não ser quando a própria lei comine a sanção de nulidade (art. 244); **motivação**: pressuposto consistente em explicitar os motivos da impugnação, pois necessário indicar à parte contrária sobre o que se recorre a fim possibilitar a defesa e o julgamento pelo tribunal. A apreciação e discussão da motivada causa de pedir que se julgue o pedido recursal. Se o recurso é inepto quando interposto sem motivação conseqüentemente ele não deve ser conhecido (arts. 514, II, 524, I e II, 531, 541, III).

Além desses, Nelson Luiz Pinto também considera princípios recursais o duplo grau de jurisdição, Estado de Direito e a voluntariedade.⁶

Aliás, “[...] o Direito está cada vez mais principiológico do que normativo. Há uma visível transição do Direito normativista para o Direito principiológico. Daí a importância dos princípios como instrumento para superar a rigidez normativa e alcançar a razão e a

---

⁵ JUNIOR, Joel Dias Figueira. LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*, 1ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, página 186.

⁶ PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos recursos cíveis*, São Paulo: Malheiros Editores, 2001, página 59.

justiça [...] O fundamento para as inúmeras exigências processuais decorrem da forma excepcional do recurso, onde o órgão jurisdicional já prestou a tutela pleiteada, ainda que contrária aos interesses das partes. O acúmulo de recursos nos tribunais amplia o rigor formal, às vezes até em prejuízo do princípio da instrumentalidade do processo. Assim, embora seja o recurso um meio de restauração do justo e recomposição da justiça, as inúmeras exigências procedimentais fazem com que haja a prevalência da forma em detrimento da questão meritória (de fundo). A ordem jurídica passou a ser encarada como um sistema aberto de princípios e regras, suscetíveis a valores jurídicos suprapositivos, na qual a idéia de justiça desempenha papel fundamental, inclusive no processo (processo justo).”⁷

Alguns efeitos são típicos de todos os recursos, outros se restringem a algumas espécies recursais, podendo mesmo caracterizar sua conformação. O efeito mais importante dos recursos é impedir a preclusão ou o trânsito em julgado, que é comum a todos os recursos admissíveis, porquanto obsta a formação da coisa julgada e prolonga a litispendência normalmente na instância superior.

Reconhecem-se aos recursos, de acordo com o entendimento prevalecente, dois efeitos peculiares: o devolutivo e o suspensivo. São efeitos explicitamente mencionados na lei (arts. 520, *caput*, primeira parte, 521 e 475-I, § 1º). O primeiro consiste na remessa da matéria impugnada a novo julgamento e, o segundo, impede a produção dos efeitos próprios da resolução judicial.

Nos embargos de declaração também ocorre o efeito devolutivo sendo que a matéria é devolvida ao mesmo órgão que proferiu a decisão, sentença ou acórdão.

Existem, portanto, os seguintes efeitos na seara recursal: **suspensivo**: qualidade que adia a produção dos efeitos da decisão impugnada assim que interposto o recurso até que transite em julgado a decisão recorrida; **devolutivo**: extensão e profundidade; **translativo**: profundidade do efeito devolutivo relaciona-se ao objeto de conhecimento do recurso, às questões que devem ser examinadas pelo órgão *ad quem* como fundamentos para a solução do objeto litigioso recursal; **regressivo ou de retratação** é aquele que tem cabimento na hipótese de possibilidade de retratação ou reconsideração pelo mesmo juízo prolator da decisão; **diferido** é aquele que sempre o conhecimento do recurso depender da admissibilidade de outro recurso; **expansivo subjetivo**: em regra, a interposição do recurso produz efeitos apenas

---

⁷ ASSIS, Araken de. *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, página 293.

para o recorrente, salvo quando a decisão deva necessariamente atingir a todos de forma igual (art. 509); **substitutivo**: previsto genericamente no artigo 512 do CPC e atrelado à eficácia rescindente das decisões superiores. É a possibilidade de o recurso substituir total ou parcialmente a decisão recorrida.

5 Impossibilidade de recorrer

Em regra, são atos recorríveis: interlocutórias, sentenças e decisões de tribunal (decisões monocráticas do relator e do presidente e vice-presidente do Tribunal e acórdãos). Todavia, como já se disse, nem todas as decisões são recorríveis.

Para que o recurso seja conhecido, é importante que não se verifiquem quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 501, 502 e 503, quais sejam, desistência do recurso, renúncia ao direito de recorrer e aceitação tácita ou expressa da decisão. Trata-se de verdadeiros pressupostos negativos, aliás, os únicos no juízo de admissibilidade.

5.1 Preparo e preclusão

O preparo é o pagamento antecipado das custas processuais (art. 511). A insuficiência de preparo gera a deserção, se o recorrente intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias, e disso decorre a ausência de conhecimento do recurso.

Assim, o preparo é um requisito fundamental para a admissibilidade do recurso e que em algumas situações, provado o justo impedimento, como no caso do horário de expediente bancário, a pena de deserção poderá ser relevada.

A preclusão é fenômeno exclusivamente processual vinculado à ideia de como os atos processuais se relaciona com o andamento processual e, ao final, cede lugar à solução objetivada pela tutela jurisdicional. Isso é assim, pois cada procedimento deve observar regras previamente dispostas no Código de Processo Civil, o qual também prevê as consequências pela falta ou intempestiva prática do ato no tempo e forma devidos.

Em relação a terceiros difere-se pela situação sua especial, mas também são atingidos pela preclusão temporal.

A lei prevê acolhida da prescrição e da decadência até mesmo na decisão de indeferimento da petição inicial, não se podendo, contudo, deixar de observar eventual violação do contraditório e a ampla defesa das partes.⁸

Assim no caso de decisão terminativa o julgamento da apelação pode avançar sobre o mérito da causa, ainda não apreciado no juízo de origem e reformar a sentença sob o fundamento de questão prejudicial como a prescrição ou decadência.

5.2 Desistência e renúncia

Renúncia se distingue de desistência porque é prévia à interposição do recurso e independe de concordância da parte contrária (art. 502). Logo, é um negócio jurídico unilateral e não receptivo consistente na declaração de vontade do legitimado no sentido de abdicar do poder de recorrer, isto é, ato de disposição que torna irrecurável para o renunciante o provimento judicial emitido.

A renúncia ao direito sobre o que se funda a ação (art. 269, V) ou o reconhecimento do pedido (art. 269, II) constitui fato impeditivo do poder de recorrer, respectivamente, para o autor e para o réu, nos limites da disposição.

Por sua vez, desistência é negócio jurídico unilateral e não receptivo, que não se subordina ao consentimento da parte adversa ou dos litisconsortes (art. 501). Pode ser parcial ou total, expressa ou tácita. A desistência expressa é a regra, enquanto a tácita (art. 523, § 1º), pressupõe que o órgão *ad quem* não conhecerá do agravo retido na hipótese de o recorrente não requerer, expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação. Consiste, outrossim, na declaração de vontade do legitimado no sentido de abdicar do poder de recorrer e, portanto, também torna irrecurável para o renunciante o provimento judicial emitido.⁹

---

⁸ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, páginas 600 e 601.

⁹ ASSIS, Araken. *Manual dos Recursos*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, páginas 165 a 175.

6 Juízo de admissibilidade recursal

6.1 Natureza jurídica

Adota-se o seguinte posicionamento sobre a natureza jurídica do juízo de admissibilidade:

a) se positivo, será um juízo declaratório da eficácia, decorrente da constatação da validade do procedimento (aptidão para a prolação da decisão sobre o objeto posto sob a apreciação);

b) se negativo, será um juízo constitutivo negativo, em que se aplica a sanção da inadmissibilidade (invalidade) ao ato-complexo, que se apresenta defeituoso ou viciado.

Considera-se que o juízo de inadmissibilidade negativo produz efeitos retroativos, pois a existência ou inexistência de requisitos é anterior ao pronunciamento, que não a gera, mas simplesmente a reconhece.

No entanto, registram-se as seguintes ressalvas:

a) a de que os atos processuais, mesmo os defeituosos, produzem efeitos até o seu desfazimento, ainda que isso se dê por força de invalidação judicial;

b) no juízo constitutivo negativo, notadamente naquele relacionado às invalidades, há o reconhecimento de uma situação de fato anterior, tomada como a premissa fática da decisão que autoriza a criação de uma nova situação jurídica, por exemplo: na interdição, toma-se a alienação mental, fato anterior, como apto a retirar do sujeito a sua capacidade;

c) a retroatividade do juízo de inadmissibilidade à data em que se verificou a causa de inadmissibilidade. Nota-se que nada impede que o legislador autorize a retroatividade da eficácia da decisão que invalida o ato jurídico ao momento exatamente anterior ao da prática do ato.

6.2 Tempestividade

A tempestividade é o pressuposto de natureza temporal, isto é, diz respeito ao prazo. É indispensável que o recurso seja interposto no prazo legal, conforme preceitua o artigo 177, sob pena de não ser conhecido.

A forma em que devem ser contados os prazos encontra-se estabelecida no artigo 184, devendo também ser observados os artigos 177, 192, 234 a 242, 240, § único, 241, I a V, 242, 506 e 507.

Para alguns recursos o prazo de cinco dias para recorrer encontra-se estabelecido nos artigos 536 (embargos de declaração), 532 (agravo da decisão que não admitir embargos infringentes), 545 (da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão proferido, caberá agravo), e, 557, § único (cabível agravo da decisão do relator que nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com a súmula ou com a jurisprudência dominante).

O prazo é de 10 dias para interposição do agravo de instrumento ou retido (arts. 522 e 539) e também da decisão que não admitir recurso extraordinário ou recurso especial, conforme prevê o art. 544.

O prazo de 15 dias foi fixado, pelo artigo 508, para os recursos de apelação, embargos infringentes, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência, com a ressalva do prazo em dobro (art. 188) para a Fazenda Pública ou o Ministério Público, Defensoria Pública e autarquias e fundações públicas.

Em caso de interposição recursal, observando o magistrado que o recurso foi proposto intempestivamente, deve negar-lhe seguimento. No entanto, cabe destacar a possibilidade, admitida pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, de interposição antes mesmo da intimação da decisão recorrida.

Nesse sentido:

“Não é razoável a interpretação que conduz à intempestividade do recurso prematuro, nem se harmoniza com a moderna visão de instrumentalidade e economia processual que domina o processo, no campo do acesso à Justiça. Benemérita de aplausos, portanto, a orientação adotada pela 2ª Turma do STJ: ‘Em nome da modernidade, tendo em vista a decisão que não conheceu de embargos de declaração interpostos via internet, reconsidera-se a decisão que não conheceu de embargos de declaração interpostos antes da publicação do acórdão

*embargado, afastando-se as decisões desta Corte no sentido de considerar intempestivo o recurso'. Acabou dito entendimento sendo consagrado pela 1ª Seção e pela Corte Especial do STJ. Se se entende que o tribunal não deve dar seqüência à marcha processual sem a regular publicação de seu acórdão, o caso não é de declarar intempestivo o recurso, mas apenas de dar-lhe processamento logo após a divulgação do aresto recorrido. Recurso prematuro, de maneira alguma, há de ser equiparado a recurso intempestivo. São situações completamente heterogêneas, que não se podem tratar como iguais, sob pena de desprezar a funcionalidade do processo moderno e comprometer o princípio do processo justo, ideal máximo em que se traduz a garantia fundamental do due process of law”.*¹⁰

6.3 Regularidade formal

Os requisitos formais para interposição de cada um dos recursos foram preconizados pela lei. Existem alguns pressupostos, atinentes a todos os recursos, como o de serem interpostos por petição perante o juízo *a quo* (exceto o agravo de instrumento que é interposto diretamente no juízo *ad quem*); de a petição conter o nome das partes, vir acompanhada do inconformismo (causa de pedir) e do pedido da nova decisão; ou seja, do dever de qualificar as partes, de demonstrar a correlação entre o prejuízo e o nexo de causalidade, bem como do interesse em recorrer (art. 499, § 1º).

Existem recursos que têm requisitos formais específicos, como sucede em relação ao agravo de instrumento (art. 526) e aos recursos especial e extraordinário (art. 543-A, § 2º e 541, § único).¹¹

---

¹⁰ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

¹¹ MEDINA, Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno 2. Recursos e ações autônomas de impugnação*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 95.

6.4 Interesse recursal

O estudo do interesse recursal segue o mesmo caminho do interesse de agir, condição da ação. A necessidade e a utilidade são requisitos de formação do interesse.

A Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça nos dá um exemplo claro de recurso inútil. Assim é que não há utilidade no provimento de recurso especial na hipótese do acórdão recorrido também tiver como fundamentação questão constitucional que não foi impugnada, via recurso extraordinário, ou seja, é inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não apresenta recurso extraordinário.

A fundamentação da sentença, por não fazer coisa julgada material, não pode ser o fundamento do recurso, já que não há utilidade em alterar a fundamentação, sem alterar a conclusão.

A regra, portanto, é a de deve haver conexão entre sucumbência e utilidade.

Já em relação às ações coletivas vigora a regra da coisa julgada *secundum eventus probationis*. Em decorrência disso, a improcedência por falta de prova, não impede a propositura de ações individuais, por isso que o réu nessas ações civis tem interesse recursal para alterar a fundamentação da decisão para improcedência por inexistência de direito e, assim, impedir ações individuais.

Portanto, configura-se o interesse de recorrer sempre que o recorrente possa, em tese, do julgamento do recurso, obter situação mais vantajosa.¹²

6.5 Pressupostos processuais

A análise dos requisitos de admissibilidade recursal demonstra a complexidade e formalidade atinente ao ato de recorrer, especialmente em sede de via estreita ou excepcional. Essa análise é feita em pelo menos duas instâncias judiciárias. Assim, não está o tribunal adstrito à admissão do apelo pelo juiz *a quo* (art. 557), sobretudo quando se tratar de questão de ordem pública, cognoscível de ofício em qualquer grau de jurisdição.¹³

---

¹² MEDINA, Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno 2. Recursos e ações autônomas de impugnação*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 89.

¹³ ASSIS, Araken de. *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, página 293.

Tem-se, pois, que o parágrafo 1º do supracitado dispositivo dá poderes ao relator para que dê provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária à súmula ou jurisprudência dominante de tribunais superiores, cabendo, dessa decisão, outro agravo, ao órgão colegiado, em cinco dias.¹⁴

Assim, o recurso tem pressupostos analisados tanto por um juízo de admissibilidade de primeira instância, que verifica a possibilidade de seguimento, quanto pelo juízo de instância superior que analisa os pressupostos para conhecê-lo ou não.

Conquanto tenha sido recebido um recurso precluso, nada impede que, posteriormente, seja ele rejeitado, independentemente de alegação da outra parte. Vale dizer que ainda que a parte tenha ou não alegado os pressupostos recursais, o juízo de origem ou o recursal tem o dever de examinar a questão, como matéria preliminar de conhecimento.

Por fim, os pressupostos recursais dividem-se em intrínsecos (subjetivos) e extrínsecos (objetivos). Para alguns, se limitam a relacionar os pressupostos de admissibilidade de recursos como sendo: legitimidade para recorrer, sucumbência, tempestividade, recolhimento de custas ou garantia prévia de cumprimento da decisão e depósito recursal.

A legitimidade para recorrer vem estabelecida no artigo 499: "*O recurso poderá ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público*".

Esse dispositivo também prevê em seus parágrafos 1º e 2º que o terceiro recorrente (litisconsorte, chamado ao processo, litisdenunciado e assistente litisconsorcial) deverá demonstrar o nexo de interdependência entre seus interesses de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial. O Ministério Público será legitimado ao recurso, no processo em que tiver atuado como parte ou como fiscal da lei.

Além desses legitimados a recorrerem, ainda existe a possibilidade de recurso ao Juiz, ao membro do Ministério Público, ao perito, ao intérprete, ao serventuário da justiça, quando tiverem sido parte em incidente processual (exceção de suspeição ou impedimento).

Note-se que enquanto a Súmula 99 do Superior Tribunal de Justiça menciona que o Ministério Público *custus legis* pode recorrer independentemente do recurso da parte, a 226 afirma que o órgão também tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.

---

¹⁴ WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. *Curso avançado de processo civil*, volume 1, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, página 623.

6.6 Juízos de admissibilidade e de mérito

O recurso tem como objeto o pedido de reforma ou de interpretação ou de integração da decisão impugnada. Conforme visto, a sua apreciação depende de pressupostos e condicionamento definidos na lei processual.

No juízo de admissibilidade resolvem-se as preliminares relativas ao cabimento, ou não, do recurso interposto. Além disso, verifica-se se o recorrente tem legitimidade para recorrer, se o recurso é previsto em lei e se é adequado ao ato atacado e, finalmente, se foi manejado em tempo hábil, sob a forma correta e com atendimento dos respectivos encargos econômicos.

Essa análise se assemelha a da petição inicial, sobre a qual se constata as condições da ação e os pressupostos processuais positivos e negativos (se estão ausentes, tais como litispendência, perempção e coisa julgada).¹⁵

Por outro lado, como o mérito do recurso é a pretensão recursal de invalidação, reforma, integração ou esclarecimento, a causa de pedir, em regra, referem-se a fatos que podem gerar a não validade ou correção da decisão recorrida.

Desse modo, *erro in iudicando* se relaciona a vício de natureza substancial e é o vício de juízo, que se dará quando o magistrado avaliar mal a valoração do fato, ou aplicar no caso concreto o direito de forma equivocada, ou, ainda, interpretar erroneamente a norma abstrata.

Por sua vez, o *error in procedendo* diz respeito a vício de natureza formal e não de conteúdo do ato, ou seja, quando desobedecidas regras próprias de um procedimento, através da falta ou violação de um elemento indispensável ao o julgamento da causa relacionado aos pressupostos processuais, às condições da ação ou a quaisquer outros elementos capazes de tornar defeituosa a prestação da tutela jurisdicional.

E o mérito do recurso normalmente também significa o mérito da ação, como, por exemplo, o provimento de apelação na qual se buscou a procedência do pedido o recurso também será procedente. Exceção é encontrada no agravo e nos embargos de declaração, nos quais, em regra, o mérito não coincidirá com o da ação, porquanto atingem apenas uma determinada questão (ou uma parte da decisão) decidida no processo.

Portanto, a regra geral é a de que o juízo de admissibilidade seja exercido pelo *juízo a quo* e pelo *juízo ad quem* e que o juízo de mérito seja exercido uma única vez pelo órgão *ad*

---

¹⁵ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 570.

quem. Todavia, parece existir uma tendência no sentido de que o juízo de mérito seja exercido pelo juiz de primeira instância quando ocorre o juízo de retratação no agravo de e na apelação (art. 296).¹⁶

Por fim, se superado com sucesso o juiz de admissibilidade, isto é, se verificar que estão presentes as condições da ação e os pressupostos de admissibilidade e se estão ausentes os pressupostos processuais negativos, o tribunal procederá ao exame do mérito.¹⁷

6.7 Juízo de retratação

Hipóteses de retratação estão previstas nos artigos 296 (após as contrarrazões é lícito ao juiz rever a sua decisão) e 285-A cujo julgamento liminar de improcedência de matéria exclusivamente de direito e quando já há outros julgados sobre a mesma matéria, no juízo, o juiz pode retratar-se ou remeter os autos à instância superior.

Na apelação verifica-se para o regular conhecimento do recurso:

a) petição (requisitos e as formalidades legais) dirigida ao juízo *ad quem*, as razões (fundamentos); b) formulação de pedido (compatível) de reforma; c) nova decisão (delimita o âmbito de devolutividade do recurso) ou anulação da sentença.

Com a interposição no juízo *a quo*, dá-se vista à parte contrária para, querendo, oferecer contrarrazões e, a seguir, o juiz decide pelo recebimento (remessa ao tribunal) ou não (cabe agravo de instrumento) do recurso. Trata-se de juízo de admissibilidade preliminar e provisório (art. 518, § 2º).

Antes, porém, há também a análise dos pressupostos de admissibilidade na hipótese de rejeição liminar conforme súmula impeditiva de recurso (§ 1º do art. 518 “*O juiz não*

---

¹⁶ WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. *Curso avançado de processo civil*, volume 1, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, página 581.

¹⁷ WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. *Curso avançado de processo civil*, volume 1, 7ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, página 562.

receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”), considerada inconstitucional para alguns, mormente por violar o inciso LV do art. 5º da Constituição da República de 1988.¹⁸

Logo, será o recurso conhecido se procedentes as matérias relativas à admissibilidade do recurso arguidas em preliminar. Superada a fase de admissibilidade, os juízes proferirão votos relativamente à decisão de mérito.

Há ainda a previsão de retratação de decisão pelo tribunal, turmas de uniformização ou turmas recursais, para adequar o julgamento ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (art. 543-B, § 3º).

Pela natureza do tema, não ficará a parte prejudicada pela omissão do juiz de primeiro grau. A admissibilidade do recurso envolve matéria de ordem pública ligada aos pressupostos processuais, por isso mesmo insuscetível de preclusão (art. 267, § 3º). Assim, o exame e reexame são perfeitamente factíveis pelo tribunal quando do julgamento do recurso.¹⁹

Em relação ao agravo, ocorrido o juízo de retratação relativamente à decisão agravada em primeiro grau, caberá recurso dessa nova decisão pela parte contrária. A lei prevê expressamente o momento em que o juiz poderá retratar-se, não especificando qual o momento em que isso poderá ser feito.

No tribunal, o relator obstará o seguimento ao agravo manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado, ou em confronto com súmula ou jurisprudência dos tribunais.

Existem quatro possibilidades de retratação no Código de Processo Civil: 1) sentença que indefere a petição inicial – art. 296; 2) sentença dos casos do art. 285-A; 3) agravos de instrumento e retido; 4) embargos de declaração com efeitos infringentes.²⁰

Finalmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente o prazo para a retratação tanto na apelação quanto no agravo é de cinco dias (art. 198 da Lei 8.069/1990).

---

¹⁸ JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, páginas 146 a 148.

¹⁹ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 604.

²⁰ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 567.

7 Breves considerações sobre o tema relativamente aos principais instrumentos impugnativos

Diferente do que ocorria no Código de Processo Civil de 1939, atualmente há, em regra, uma correspondência entre os tipos de decisão e recursos cabíveis.

Sucedâneo recursal é tudo aquilo que serve para impugnar uma decisão, mas não é recurso nem é ação autônoma. Exemplos: remessa necessária, pedido de suspensão de segurança e correção parcial. Logo, não são recursos ou ações autônomas de impugnação.

O artigo 496 do Código de Processo Civil enumera os recursos em espécie, porém outras medidas impugnativas podem ser encontradas na legislação processual civil, em leis extravagantes, no regimento interno dos tribunais e na Constituição da República.

Prefere-se atribuir aos sucedâneos recursais a noção de institutos que são utilizados de forma a substituir a utilização dos recursos, na maioria das vezes em decorrência da própria falha legislativa.²¹

Desta forma, destaca-se que etimologicamente não é considerado recurso o reexame necessário (art. 475), a correção parcial, o pedido de reconsideração, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data*, o *habeas corpus*, a declaração de inconstitucionalidade, a ação rescisória, a ação declaratória de inexistência, a reclamação e a uniformização de jurisprudência.

Apelação

A apelação é um recurso que se interpõe das sentenças dos juízes de primeiro grau de jurisdição para levar a causa ao reexame dos tribunais. Assim, através desse recurso, devolve-se o conhecimento da causa à superior instância, visando a obter a reforma total ou parcial da decisão impugnada ou a sua invalidação.²²

---

²¹ JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, página 241.

²² JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 589.

De acordo com o parágrafo único do artigo 518, a questão relativa ao cabimento da apelação não fica preclusa pela falta de recurso contra a decisão que a recebeu.

O tribunal, antes de apreciar a apelação deverá decidir os agravos de instrumento interpostos e reiterados nas razões recursais do mesmo processo.

A apelação deve ser interposta, obrigatoriamente, por petição, não podendo considerar tal que é feita por cota nos autos. Todavia, a jurisprudência tem admitido a interposição do recurso por telegrama, desde que atendidos os requisitos legais.

Humberto Theodoro Júnior afirma que a falta das razões do pedido de nova decisão impede o conhecimento da apelação.²³

Na apelação interposta contra a decisão prevista no artigo 285-A é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação, ou, se mantém, será ordenada a citação para responder ao recurso.

Agravo

No agravo verifica-se a decisão interlocutória de cunho decisório (artigo 267 ou 269) e são agraváveis as decisões proferidas em sede de liquidação de sentença, artigo 475-H, consoante afirmação de “*O agravo, portanto, foi o recurso designado pelo Código de Processo Civil para servir de meio à impugnação de decisões interlocutórias. Quaisquer que sejam essas decisões, ou ainda seu conteúdo (decidindo sobre questão processual ou mesmo sobre o mérito, como acontece com as denominadas “liminares”)*”, em qualquer espécie de procedimento no processo civil brasileiro, é cabível o recurso de agravo”.²⁴

Assim, contra as decisões interlocutórias cabe agravo retido (art. 522) ou agravo de instrumento (art. 524).

No agravo retido que em regra é interposto oralmente e em audiência, deve ser reiterado nas razões de apelação, sob pena de não ser conhecido. Apresentadas ou não as contrarrazões, o juiz pode reverter à decisão (art. 523, § 2º). Nesta hipótese não se admite nova futura retratação (salvo em matéria de ordem pública).

---

²³ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, páginas 592 e 593.

²⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, página 563.

Se o relator não considerar a decisão que defere ou denega o efeito suspensivo (ou ativo) pode ser revista no julgamento pelo colegiado quando da apreciação do mérito do agravo, exceto se causar ou ameaçar lesão, que não admitir apelação, que decidir com qual efeito que o outro recurso foi recebido (art. 522). Nessas circunstâncias há o entendimento do manejo do mandado de segurança, *“Enfim, ainda hoje é possível que uma das partes esteja diante de situação que justifique o manejo do mandado de segurança contra ato judicial”*.²⁵

No agravo de instrumento (art. 527, II) o relator pode convertê-lo em retido, exceto quando se tratar de medida de urgência ou de perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação. Assim, é determinada a remessa do instrumento ao juízo de origem para apensamento aos autos principais. Dessa decisão cabe agravo interno ao órgão colegiado competente. Observações: a) requisitos legais: comprovar a interposição em primeiro grau (cópia da petição inicial e a relação dos documentos fornecidos) sob pena de inadmissibilidade (§ único do art. 526); b) o tribunal pode exigir informações do juízo *a quo*, o qual poderá retratar-se da decisão proferida. Ocorrerá a prevenção do relator aos futuros recursos interpostos na primeira instância; c) poderá o relator atribuir o efeito suspensivo ao agravo a impedir a produção de efeitos.

O parágrafo único do artigo 16 da Lei 12.016/2009 prevê que da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre, enquanto que no artigo 18 dispõe que das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

Já o artigo 100 da Lei 11.101/2005 estabelece que da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação. Portanto, sentenças que decreta a falência e julga liquidação são agraváveis, e a que não decreta a falência é apelável.

Agravo interno (regimental)

Decisões monocráticas proferidas por relator em tribunal são combatidas por agravo regimental, também chamado de agravo interno.

---

²⁵ JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, página 361.

Previstos nos artigos 120, § único, 532, 545 e 557, § 1º, artigo 4º da Lei 4.348/1964, artigos 25, § 2º, 28, § 5º, e 39 da Lei 8.038/1990 e artigo 4º, § 3º, da Lei 8.437/1992, nada mais são do que o controle das decisões proferidas pelo relator que de forma isolada decide um recurso.

É, assim, um meio idôneo no que se busca junto ao colegiado do tribunal a resposta ou invalidação de qualquer decisão monocrática proferida pelo relator, salvo no caso em que expressamente irrecorrível a decisão, porquanto há uma tendência no sentido de que as decisões de relator que não extingam o processo não ser recorríveis (§ único do art. 527). A final, o que se busca no agravo interno é a correção da decisão que deveria ser proferida pelo órgão colegiado. Porém, o artigo 39 da Lei 8.038/90 prevê o agravo das decisões do relator em geral, ou seja, que se aplica a qualquer tribunal.

De acordo com o *caput* do artigo 557 poderá o relator negar seguimento ao recurso nas seguintes hipóteses: por motivo de ordem processual: quando se tratar de recurso manifestamente inadmissível ou prejudicado; ou por motivo de mérito: quando se tratar de recurso manifestamente improcedente ou em confronto com súmula ou jurisprudência do respectivo tribunal ou tribunais superiores.

A Lei 9.756/1998 alterou o artigo 557, § 1º, para permitir a retratação do relator, de modo a evitar o julgamento pelo colegiado, sempre que possível. Também foi instituída a aplicação de multa para coibir o uso do agravo com fins meramente procrastinatórios, além de pena pecuniária para o recorrente temerário ou de má fé. Ademais, sujeitou-se a interposição de qualquer outro recurso no processo ao recolhimento da multa.²⁶

Registra-se que a Súmula 622 do Supremo Tribunal Federal só a ele se aplica. – Diário da Justiça de 13/10/2003, página 1. Cabimento – Agravo Regimental – Liminar em Mandado de Segurança. “*Não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança*”.

Embargos de declaração

Assim como nos outros recursos, a oposição de embargos de declaração significa ato postulatório que comporta o juízo de admissibilidade, isto é, a verificação dos pressupostos

---

²⁶ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 587.

exigidos para o seu cabimento que interligam o recurso (intrínsecos) tais como legitimidade, interesse e (extrínsecos) relacionam-se à regularidade, preparo e tempestividade.

Prestam-se também a atender ao requisito de prequestionamento, incidindo o acórdão em omissão quanto à questão de direito, viabilizando o processamento do recurso extraordinário (Súmula 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal).

Após a aplicação do artigo 285-A, o réu é intimado para contra-arrazoar o recurso interposto pelo autor. Neste caso, há dúvida se pode o réu, após a intimação, apresentar embargos de declaração ou as alegações de omissão, obscuridade ou contradição deve ser oferecido nas próprias contrarrazões de apelação.

Consideram-se embargos declaratórios com efeitos infringentes aqueles que no acórdão a ser corrigido para integração de ponto da matéria anteriormente omitida poderá levar a entendimento diverso daquele antes adotado. Logo, excepcionalmente, assumem os embargos declaratórios o caráter infringente, possibilitando a revisão do julgamento e modificando substancialmente a decisão embargada.

Consoante o artigo 463 o juiz só poderá alterar a sentença quando por meio de embargos de declaração para afastar contradição, obscuridade e omissão. Todavia, entende-se não haver vinculação do juiz que participou do julgamento relativamente à apreciação dos embargos de declaração, porque o pronunciamento é do órgão e não da pessoa física do juiz.²⁷

Embargos infringentes e de alçada

É o recurso cabível contra acórdão não unânime proferido em apelação ou ação rescisória apenas contra decisão de mérito do próprio tribunal que pronunciou a decisão impugnada.²⁸

Só serão admitidos para atacar a parte dispositiva das decisões de segunda instância, ou seja, apenas temas relativos ao mérito, não sendo lícito a *reformatio in pejus*.

A doutrina reconhece o cabimento de efeito suspensivo.

Quanto à matéria a ser reexaminada, seu âmbito é o da divergência (total ou parcial) ocorrida no julgamento embargado. Porém, a fundamentação do decisório dos embargos não está adstrita aos motivos ou argumentos expostos nos votos divergentes, podendo o tribunal

---

²⁷ BAPTISTA, Sonia Márcia Hase de Almeida. *Dos embargos declaração*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, página 194.

²⁸ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 627.

invocar fundamentos novos (não estranhos ao processo) para acolher ou rejeitar (total ou parcialmente) a conclusão dos votos majoritários como do minoritário.²⁹

Ademais, não cabem embargos infringentes quando acórdão reforme ou mantenha sentença que julgou o feito relativo a pressupostos processuais e condições da ação (terminativa – art. 530, *caput*); é acolhida preliminar de apelação acolhida por maioria de votos para cassar a sentença de mérito por carência ou qualquer outra causa de invalidação, pois invalidar é diferente de reformar; ação rescisória for julgada improcedente.

O artigo 25 da Lei 12.016/2009 veda expressamente a interposição de embargos infringentes no processo de mandado de segurança.

Embargos infringentes de alçada, estabelecidos de acordo com o artigo 34 da Lei 8.630/1980, nas execuções fiscais de até 50 ORTN, contra a sentença preferida, devem ser julgados pelo próprio juiz que decidiu a execução fiscal. Nesse caso, há a possibilidade de o juiz reconsiderar a decisão proferida, consoante dispõe o parágrafo 3º do supracitado artigo: “*Ouvido o embargado, no prazo de 10 (dez) dias, serão os autos conclusos ao Juiz, que, dentro de 20 (vinte) dias, os rejeitará ou reformará a sentença*”.

Embargos de divergência

Cabíveis contra decisões proferidas em sede de recurso especial ou extraordinário, quando divergentes do teor de outra turma, seção ou órgão especial e tem como finalidade à uniformização (a comparação de acórdãos recentes) da jurisprudência dos tribunais superiores.

Se a decisão de uma turma for divergente do julgamento de outra turma, seção ou órgão especial (art. 546 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e arts. 266 e 267 e 333, 334 e 336 do Supremo Tribunal Federal), viáveis os embargos como sucedâneo do antigo recurso de revista, pois visam a propiciar a unificação interna da jurisprudência do tribunal.³⁰

É irrelevante a existência ou não de unanimidade nas decisões confrontadas, é assim semelhante ao incidente de uniformização de jurisprudência, mas dele se difere porque como recurso que é só admissível quando ultimado o julgamento do recurso especial ou extraordinário.

---

²⁹ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008, página 629.

³⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, página 603.

Na petição inicial dos embargos deverá ser demonstrada de forma analítica a divergência entre os acórdãos, sendo necessário comprovar o preparo. Se forem admitidos e impugnados ou não, o relator os pautará para julgamento, independentemente de revisão.

A Súmula 315 do Superior Tribunal de Justiça diz não caberem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial, enquanto a Súmula 316 deixa claro que “*Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial*”. Diário da Justiça de 18.10.2005 – Embargos de Divergência em Agravo Regimental de Recurso Especial.

No Supremo Tribunal Federal o procedimento acha-se previsto nos artigos 334 a 336 do Regimento Interno, sendo de 15 dias o prazo para interposição, e os requisitos da demonstração da divergência previstos no artigo 331 são os mesmos do recurso extraordinário por dissídio jurisprudencial (art. 322 do Regimento Interno).

No julgamento dos embargos de divergência também será de toda a matéria que deveria ter sido decidida no acórdão embargado, mesmo que nele não tenha sido apreciada por inteiro e somente não haverá tal julgamento quando se tratar de agravo contra o não recebimento de recurso caso em que se determinará a subida do recurso principal (art. 335, § 3º, do Regimento Interno da Corte Suprema).

Recurso Adesivo

O recurso adesivo só é admitido na apelação, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário e no recurso especial. É interposto do mesmo modo que o recurso principal: por petição perante o juiz relativo à apelação; o relator referente a embargos infringentes; o presidente do tribunal competente quando se tratar de especial ou extraordinário.

O artigo 500 dispõe:

"Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes: I – poderá ser interposto perante a autoridade judiciária competente para admitir o recurso principal, dentro de dez (10) dias contados da publicação do despacho, que o admitiu; II – será admissível na apelação, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário".

Observa-se pela leitura do artigo 500, II, que o relator será único para os recursos, sendo que a sorte do recurso adesivo depende da existência do recurso principal. No caso de desistência deste, o recurso adesivo ficará prejudicado e se aquele for julgado inadmissível ou deserto, o adesivo não será conhecido e julgado (art. 500, III).³¹

Aplicam-se, pois, as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior (§ único do art. 500). Porém, uma vez superada a fase de admissibilidade do recurso, é possível que seja provido o adesivo e não o principal, uma vez que o mérito dos recursos é apreciado autonomamente.

Duplo grau de jurisdição

Indica a possibilidade de submeter a lide a novo exame por órgão superior dentro do próprio tribunal.

Conquanto inexista expressa previsão constitucional acerca do duplo grau, a possibilidade de reexame é um indicativo ao magistrado ter maior cautela na elaboração de suas sentenças, além de dar sentido ao aprimoramento contínuo de suas funções. Também é um mecanismo de confirmação do acerto da entrega da prestação jurisdicional.

Discussão interessante é a de que seria ou não inconstitucional a regra prevista no artigo 515, § 3º (supressão de instância). Como se disse, a Constituição da República de 1988 expressamente não previu a garantia ao duplo grau, porém se é regido pela lei processual, é, portanto, constitucional.

O próprio Supremo Tribunal Federal admite restrições por norma infraconstitucional ao duplo grau de jurisdição, pois não se trata de garantia, mas sim de princípio.

Por outro lado, diz-se que o referido dispositivo ofende o princípio do contraditório, sob o fundamento de que é dever-poder do juiz provocar o debate entre as partes.

Nesse sentido, afirma-se que:

“Na verdade, violação ao contraditório pode ocorrer, mas não influenciada diretamente pelo julgamento do mérito pelo Juízo ad quem. Tal violação pode ocorrer em qualquer caso, devendo o juiz estar sempre atento às circunstâncias relevantes. E, como as partes têm a oportunidade de manifestar sobre o mérito da causa, uma vez mais, nas

---

³¹ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, página 399.

*razões de recurso e, se não fizerem, nem por isso caracterizar-se-á a violação do contraditório, pois isso basta a oportunidade para influenciar na decisão judicial para seu esgotamento. É o tribunal, portanto, o Juízo natural para conhecer recurso; as matérias que se podem tratar nesse recurso é que variam, de acordo com o perfil do princípio do duplo grau de jurisdição. Em nosso sistema, a par do que acontece em outros países e já era inclusive previsto nas Ordenações do Reino, é agora possível ao Tribunal o conhecimento do mérito da causa, em grau de recurso, independentemente de ter o Juízo de primeiro grau conhecido das questões de fundo”.*³²

Vislumbra-se que o sistema processual brasileiro passou a admitir, ainda que em caráter excepcional, a *reformatio in pejus* quando o autor apela de determinada sentença terminativa, sem resolução de mérito o tribunal possa piorar a situação dele ao reformar a decisão terminativa e julgando improcedente a demanda.³³

Entende-se, pois, que a única hipótese em que o sistema permite a piora da situação do recorrente é a da necessidade de o órgão *ad quem* decidir matéria de ordem pública.³⁴

Enfim, conclui-se que se o tribunal ao aplicar a regra do artigo 515, § 3º, beneficiará o apelante e, por essa razão, desobriga-o da necessidade de promover outra demanda para, somente a partir daí, ter ciência de que sua pretensão não é agasalhada pelo Direito.

Reexame necessário ou recurso oficial ou recurso de ofício ou remessa necessária

Pressuposto legal é a sentença procedente (art. 475) contra a Fazenda Pública, inclusive os embargos à execução fiscal até 60 salários mínimos ou estiver fundada em jurisprudência do plenário ou súmula do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal (independente do valor). Aplicável também à decisão do relator, na hipótese do artigo 557, consoante Súmula 253 do Superior Tribunal de Justiça.

---

³² MEDINA, José Miguel Garcia. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de. JUNIOR, Luiz Manoel Gomes. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 694.

³³ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Apelação – questões sobre admissibilidade e efeitos*. In NERY JR, Nelson; ARRUDA ALVIM WANBIER, Teresa (Coordenadora) – *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*, São Paulo: Revista dos Tribunais 2003, página 454.

³⁴ WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. *Curso avançado de processo civil*, volume 1, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, páginas 586 e 587.

Aliás, “Como se vê, o reexame necessário não deve ser feito nos casos em que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a sessenta salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos na execução de dívida ativa do mesmo valor [...]”.³⁵

Recursos especial e extraordinário

A Constituição da República de 1988 indica serem recursos de fundamentação vinculada e, em regra, de efeito apenas devolutivo, pois têm como objetivo garantir a efetividade e a uniformidade vinculada de interpretação do direito objetivo em âmbito nacional. O primeiro juízo de admissibilidade se faz no órgão de onde proferida a decisão recorrida.

Para que sejam interpostos, é necessário que tenha havido prévio esgotamento dos recursos ordinários (Súmulas 281 do STF e 207 do STJ), mas não são recursos que se prestam a corrigir injustiça da decisão sobre os fatos da causa ou má apreciação da prova.

São recursos, repisem-se, interpostos depois do esgotamento dos meios ordinários cabíveis, sendo admissível o recurso extraordinário de decisão monocrática, ainda que excepcionalmente, e de acórdão e o recurso especial apenas de decisões colegiadas.³⁶

Exige-se o indispensável prequestionamento para que sejam admitidos e previsão de retenção nos autos (art. 522) quando interpostos contra decisão interlocutória relativamente as modalidade de agravo, podendo ser apreciados exclusivamente se a parte reiterar o seu desejo de vê-los julgado no prazo da interposição ou contrarrazões do recurso contra a decisão final. Admitidos esses recursos, os tribunais superiores procederão ao seu julgamento.

Recurso repetitivo e repercussão geral

O recurso repetitivo está previsto no *caput* do artigo 543-C. Nessa hipótese poderão ocorrer duas situações diferentes quanto ao pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça: a constatação da repetitividade já foi detectada na origem e se acha revelada na decisão que fez

---

³⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, página 651.

³⁶ MEDINA, Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno 2. Recursos e ações autônomas de impugnação*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 218.

subir um ou alguns recursos da série existentes, ou os recursos chegaram ao Superior Tribunal de Justiça sem que a repetitividade tivesse sido informada pela autoridade local.

De acordo com o parágrafo 7º, I, do supracitado artigo, será negado seguimento ao recurso repetitivo na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal Federal e será novamente examinado pelo tribunal de origem em caso de o acórdão recorrido divergir do primeiro.

A repercussão geral é um pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário que foi criado com o objetivo de filtrar o expressivo número de recursos interpostos perante o Supremo Tribunal Federal.

Consoante o artigo 543-A, § 3º, duas situações distintas podem ocorrer no pronunciamento do Supremo Tribunal Federal: pode ser negada a repercussão geral, ou será julgado pelo mérito.

Entende-se ser um pressuposto de admissibilidade inconstitucional, pois se defronta com os princípios constitucionais do livre acesso a justiça, do devido processo legal e do duplo grau de jurisdição, porquanto para a admissão do recurso se exige que a repercussão ultrapasse o interesse das partes.

Uniformização de jurisprudência e súmula vinculante

Nota-se que o artigo 555, § 1º, distingue-se dos artigos 476 a 479, uma vez que é um novo mecanismo de uniformização de jurisprudência. Não é um recurso, mas incidente processual de caráter preventivo, pelo qual se busca delimitar o conteúdo de uma futura decisão a ser proferida.

Suspensa o processo pelo pedido de uniformização de jurisprudência o órgão pleno ou o órgão especial caberá decidir sobre a questão de direito ou a tese jurídica, a qual tem efeito vinculativo sobre o restante do julgamento.

Pode ser suscitado por juiz votante (art. 476), autor, réu, terceiro ou assistente interessado que ainda não faça parte do processo (art. 50, § único) ou Ministério Público (arts. 81 e 83) no julgamento da apelação, agravo, embargos infringentes, causas de competência originária e reexame necessário.

É necessário que haja um julgamento em curso perante o órgão fracionário do tribunal, bem como uma questão de direito relativa à causa ou recurso e ainda que a solução dessa questão de direito dependa o teor do julgamento do resto da causa ou recurso.

Por outro lado, a súmula vinculante “*terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas*” e apenas será cabível quando em relação a tais normas houver “*controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica*”, nos termos do artigo 103-A, § 1º.³⁷

Pedido de reconsideração

Não se trata de recurso, conforme já mencionado neste trabalho.

Embora sem previsão legal, possível à parte requerer ao magistrado prolator da decisão ou despacho providências no sentido de modificar aquilo que foi decidido.

Anote-se parecer contraditório pedir a um juiz a revisão daquilo que ele decidiu depois de sua reflexão sobre determinada questão. Todavia, nem sempre há essa reflexão, seja pelo acúmulo de serviço, seja pela pouca atenção para algumas peculiaridades do caso, o que torna relevante o pedido de reconsideração, a fim de possibilitar ao magistrado rever, se for o caso, o que se decidiu ainda ou, ainda, corrigir o erro e evitar a necessidade da interposição de recurso.

Enfim, o pedido deve ser formulado em petição por meio da qual se provoca o juiz a decidir novamente questões que ele poderia conhecer independentemente de provocação; são tidos como sucedâneo recursal na medida em que se procura substituir a utilização do recurso apropriado, o agravo de instrumento.³⁸

Correição parcial

Trata-se de medida *sui generis* não contemplada na legislação processual civil codificada ou extravagante, cuja finalidade precípua é a de coibir a inversão tumultuária da ordem processual, em virtude de erro, abuso ou omissão do juiz.³⁹

---

³⁷ WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. *Curso avançado de processo civil*, volume 1, 7ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, página 657.

³⁸ JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, páginas 243 a 245.

³⁹ TUCCI, Rogério Lauria. *Curso de Direito Processual – Processo Civil de Conhecimento – II*, 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 1976, página 343.

Medida cautelar

Segundo a doutrina, quando o tribunal faz juízo positivo da admissibilidade de um recurso também não tem dúvida acerca da possibilidade de suspensão de eventuais efeitos que podem acarretar dano grave ao recorrente.

A sentença só produz efeitos após o trânsito em julgado, ou depois de ter sido objeto de recurso de apelação recebido apenas no efeito devolutivo. Entretanto, a decisão produz efeitos desde logo relativamente aos recursos especial e extraordinário.

Por isso, o fato de a decisão poder produzir efeitos imediatos, ainda que não escoado o prazo recursal, gera a possibilidade de provocar danos, por meio da medida cautelar poderá suspender os efeitos da decisão, ainda que o recurso especial ou extraordinário não tenha sido interposto, desde que presentes o *fumus boni iuris* e a probabilidade de dano.⁴⁰

Mandado de segurança

Cabe mandado de segurança contra ato do relator que subtrai ao órgão colegiado a análise do respectivo acolhimento. Outrora, era possível a interposição de agravo regimental, uma vez que dessa decisão do relator não há recurso previsto em lei, mas tão somente no regimento interno dos tribunais.⁴¹

Em relação a isso, afirma-se que:

“A situação atual é particularmente mais grave, porquanto, agora, o mandado de segurança não mais é impetrado contra a decisão do juízo de primeiro grau (hipótese em que seria distribuído a um relator das turmas ou câmaras dos tribunais). Ele é impetrado, em vez disso, contra a decisão do próprio relator, que determinou a conversão do recurso. Com isso, a tendência a atravancamento tende a aumentar, já que tais writs devem ser julgados pelos órgãos plenos dos tribunais de origem. Não obstante, por ser garantia constitucional, não é possível restringir o cabimento de MS para essas hipóteses. Sendo irrecorrível, por disposição expressa de lei, a decisão que determina a conversão de

---

⁴⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, páginas 640 e 641.

⁴¹ MEDINA, José Miguel Garcia. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de. JUNIOR, Luiz Manoel Gomes. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 562.

*agravo de instrumento em agravo retido, ele somente é impugnável pela via do remédio heróico”.*⁴²

O mandado de segurança não pode ser utilizado como ação rescisória, salvo nas hipóteses do 3º prejudicado, na fase de execução da coisa julgada, e ainda nos casos do § 1º do artigo 475, I, do CPC e artigo 41, § único, e dos embargos do devedor no âmbito do juizado especial (Lei 9.099/1995).

Reclamação

Fora do sistema recursal, mas com possibilidade de produzir efeitos análogos aos do recurso, a constituição instituiu a reclamação no âmbito das competências originárias do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, cujo procedimento é disciplinado pela Lei 8.038/1990.

Trata-se de remédio processual que, na dicção dos artigos 102, I, “I”, e 105, I, “F”, da constituição vigente, se presta a aparelhar a parte com um mecanismo processual adequado para denunciar àquelas Cortes Superiores atos ou decisões ofensivas à sua competência ou à autoridade de suas decisões.

Por fim, vale lembrar que haverá falta de interesse jurídico se o processo já estiver acobertado pela coisa julgada.⁴³

8 Direito comparado

A Emenda Constitucional 45/2004 inovou ao disciplinar no recurso extraordinário, ao inserir o artigo 102, § 3º, da Constituição da República de 1988 a seguinte redação:

“No Recurso Extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-la pela manifestação de dois terços dos seus membros”.

---

⁴² MEDINA, José Miguel Garcia. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de. JUNIOR, Luiz Manoel Gomes. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 563.

⁴³MEDINA, Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno 2. Recursos e ações autônomas de impugnação*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, página 256.

Foi com a promulgação da mencionada emenda que se deu o nascimento do instituto da repercussão geral, que se constitucionalizou como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário.

Trata-se de instituto que busca sua inspiração em prática alastrada em outras cortes constitucionais: Suprema Corte Norte-Americana (*writ of certiorari*), Suprema Corte Argentina (requisito de transcendência), Tribunal Constitucional Espanhol (juízo de relevância), entre outras.

Com a edição da Emenda Constitucional 45/2004 a admissibilidade do recurso extraordinário passou a depender da relevância da questão *sub judice*, havendo de demonstrar, nos termos da lei e do art. 102, § 3º, a “repercussão geral”, sob pena de não reconhecimento do apelo excepcional.

O instituto surgiu para aproximar o controle difuso do denominado controle concentrado de constitucionalidade, no qual o que realmente importa é a repercussão geral da questão constitucional.

Verifica-se, portanto, a incidência da repercussão geral no controle de constitucionalidade.

A nova hipótese de cabimento representa tentativa de filtrar o expressivo número de recursos extraordinários para dar à Suprema Corte o papel que lhe é precípua e não apenas como órgão revisor como se fosse outra instância.

Com esse objetivo de filtrar os recursos extraordinários verifica-se um duplo sentido da repercussão geral que enquanto para a Suprema Corte que detém a competência de julgar as causas com maior relevância e dando-se maior celeridade processual para tais casos, fazendo-se assim uma efetividade ao papel de “Guardião da Constituição”.

Por outro lado, o cidadão pode ter o seu direito privado, haja vista, que, caso não seja apreciado a repercussão geral no recurso extraordinário o seu direito constitucional será obstruído. Logo, torna-se um pressuposto inconstitucional, pois se defronta com o direito do acesso a justiça.⁴⁴

Mencionam-se, a seguir, os paradigmas do sistema brasileiro com a repercussão geral nos Estados Unidos da América:

---

⁴⁴ http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4005

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve verdadeira remodelação do papel do Supremo Tribunal Federal, que com a extinção do Tribunal Federal de Recursos e com a criação do Superior Tribunal de Justiça havia assumido, ao menos formalmente, o exclusivo papel do Tribunal Constitucional.

A repercussão geral foi inspirada em sistemas estrangeiros, tendo a sua origem no *Judiciary Act* norte-americano de 1925. O dispositivo em comento autoriza a suprema corte americana a admitir o *writ of certiorari*, mas tendo que ser a questão ventilada por suma importância.

Com o crescimento do número de recursos, no caso as apelações, que eram de apreciação obrigatória, a Suprema Corte Norte Americana em 1891, somente apreciava os recursos se possuíssem as *petition for writ certiorari*.

Isso fez com que os recursos que eram facultativos somente seriam conhecidos se apresentassem substancialmente uma enorme relevância para o país. No sistema brasileiro a primeira tentativa de desobstruir os constantes números de recursos interpostos perante o Supremo Tribunal Federal se deu pela Lei 3396/1958, que permitia aos presidentes dos tribunais de justiça examinar os requisitos admissibilidade do recurso especial, podendo denegá-los.

Após esse primeiro passo, se deram novas tentativas de descongestionar o excesso número de recursos interpostos, como no caso de admissão do recurso extraordinário somente se fosse demonstrada a relevância da questão.⁴⁵

9 Jurisprudência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

24ª CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - Recurso interposto sem comprovação de recolhimento das custas recursais e do porte de retorno O recorrente teve condições financeiras de arcar com as custas iniciais do processo - Pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita formulado na fase recursal Impossibilidade de apreciação, sob pena de supressão de um grau de jurisdição, além de causar inversão tumultuária do processo, uma vez que eventual impugnação seria apreciada em primeiro grau - Inocorrência da hipótese prevista no art. 511, § 2º, do Código de Processo Civil, que trata da insuficiência do valor do preparo, e pressupõe recolhimento parcial das custas Deserção Precedentes da jurisprudência – Artigo 511, do Código de Processo Civil Recurso não conhecido.

---

⁴⁵ http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4005

17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, AGRADO DE INSTRUMENTO Nº: 0218836-23.2012.8.26.0000 AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EXPURGOS NÃO CREDITADOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. Descumprimento do artigo 526 do Código de Processo Civil, caput, suscitado e comprovado pelos agravados. Admissibilidade recursal. Requisitos extrínsecos não preenchidos. RECURSO NÃO CONHECIDO.

22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, AGRADO REGIMENTAL nº 0238069-06.2012.8.26.0000/50001 DECISÃO QUE, MONOCRATICAMENTE, NEGOU SEGUIMENTO A AGRADO DE INSTRUMENTO DESERÇÃO DA APELAÇÃO MANTIDA IMPOSSIBILIDADE DE REABRIR DISCUSSÃO PARA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA EM SEDE DE AGRADO REGIMENTAL INDEFERIMENTO DA BENESSE QUE PREVALECE NOS AUTOS, OPERADA A PRECLUSÃO, JÁ RECONHECIDA RECURSO NÃO PROVIDO.

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO - 32ª CÂMARA, Embargos de Declaração 0205587-64.2010.8.26.0100/50000 Embargos de declaração. Acidente de veículo. Reparação de danos. Ação julgada parcialmente procedente. Embargos de declaração. Alegada contradição no v. acórdão. Petição recursal não subscrita pelo digno advogado da embargante. Ausente pressuposto de regularidade formal. Embargos declaratórios não conhecidos. Impossível conhecer de recurso cuja peça de interposição com suas razões, não está subscrita pelo patrono da parte recorrente.

17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, APEL.Nº: 0131843-07.2008.8.26.0100 COMARCA: SÃO PAULO APELAÇÃO Renúncia do advogado constituído nos autos após a interposição do recurso Apelante que, devidamente cientificada, não regularizou a sua representação processual Ausência de pressuposto de admissibilidade recursal Circunstância que impossibilita o conhecimento do apelo - Recurso não conhecido.

38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, AGRV.Nº: 0018835-85.2013.8.26.0000/50000 AGRADO REGIMENTAL AGRADO DE INSTRUMENTO - Decisão do Relator que NÃO CONHECEU DO RECURSO DE AGRADO DE INSTRUMENTO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO PARA SUA INSTRUÇÃO. O agravo de instrumento não foi conhecido uma vez que a Agravante não colacionou ao instrumento, cópia do termo de juntada do mandado de citação e intimação da decisão agravada. “Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar as peças obrigatórias e as facultativas de natureza necessária, essencial ou útil, quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, sob pena de não conhecimento do recurso”. (RSTJ 157/138). DECISÃO MANTIDA RECURSO IMPROVIDO.

6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Embargos de Declaração nº 0017579-17.2010.8.26.0161/50000 Comarca: Diadema Embargos de declaração - Alegada omissão – Vício inexistente - Mera discordância com o resultado do julgamento - Prequestionamento - Inadmissibilidade - Conteúdo infringente - Embargos rejeitados.

Agravo de Instrumento Processo nº 0263702-19.2012.8.26.0000, Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Público AGRAVO DE INSTRUMENTO. Execução Fiscal. Extinção da ação sem apreciação do mérito, ante o pequeno valor da demanda. Recurso de apelação não recebido. Admissibilidade. Matéria de direito que permite o julgamento do apelo, aplicando-se, por analogia, o art. 515, § 3º do CPC. Preponderância do interesse público. Remissão do crédito tributário diminuto que depende de lei. Agravo de Instrumento e recurso de apelação providos, afim de que, reformada a sentença recorrida, a execução tenha seu regular prosseguimento.

6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0040765-30.2010.8.26.0562/50000, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA NÃO ARGÜIDA NAS RAZÕES DO RECURSO. INADMISSIBILIDADE. CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. EMBARGOS REJEITADOS.

11ª Câmara de Direito Privado, Apelação com Revisão nº 0056907-43.2010.8.26.0002 Comarca: São Paulo, Embargos à execução parcialmente acolhidos Apelação do credor-embargado pleiteando a reforma integral do julgado, firme nas teses de que (1) o CDC não é aplicável ao caso por se tratar de uma relação de insumo; (2) a cédula de crédito em questão contém expressamente na cláusula 1.6 o percentual de juros contratados e sua periodicidade, inexistindo brecha para dúvidas ou interpretações; (3) a capitalização mensal de juros é permitida pelo art. 28, da Lei nº 10.931/04; (4) não há que se falar em limitação constitucional dos juros na casa dos 12% ao ano, pois a sua fixação jamais esteve obstaculizada pelo art. 192, § 3º, da Constituição Federal, tendo em vista que são juros contratados e a norma em questão, já revogada, jamais foi autoaplicável; (5) O Conselho Monetário Nacional, por meio da Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 1064 do BACEN, autoriza a livre cobrança de juros por parte das instituições financeiras; (6) deve ser respeitado o princípio do “pacta sunt servanda”; e, (7) a r. sentença afronta consolidada jurisprudência tanto deste Eg. Tribunal como do Col. STJ Não conhecimento Recurso que não foi instruído com as peças indispensáveis à apreciação do inconformismo, diante do desapensamento dos autos da execução Ônus do apelante que não zelou pela cuidadosa instrução do feito Recurso não conhecido. Quando os autos da execução não acompanham os embargos é dever do apelante instruir corretamente o seu recurso com os documentos indispensáveis para a sua análise, sob pena de não [...].

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0255657-26.2012.8.26.0000 COMARCA: COTIA AGRAVO DE INSTRUMENTO - Execução fiscal Penhora de 5% sobre o faturamento mensal da executada Patronos da agravante que noticiaram ter renunciado ao mandato que lhes foi outorgado, cientificando a agravante a constituir novo Defensor no prazo de dez dias - Decurso do prazo legal sem que a agravante apresentasse qualquer manifestação - Ausência de pressuposto de admissibilidade recursal no tocante à capacidade postulatória, pois ninguém pode litigar em Juízo sem estar devidamente representado por Advogado (art. 36 do CPC) Precedentes Recurso não conhecido.

32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo Comarca: São Bernardo do Campo - 2ª. Vara Cível Prestação de serviços. Ação de rescisão contratual. Apelação interposta pela autora antes da decisão de embargos declaratórios oferecidos pela parte

adversa. Necessidade de posterior ratificação do apelo para ensejar seu conhecimento. Jurisprudência pacífica do STJ sobre o tema. Aplicação da Súmula 418 do STJ. Apelo não conhecido.

20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, 8 de abril de 2013. AGRV.Nº: 0219433-89.2012.8.26.0000 COMARCA: Barueri AGTE. : Antonio Carlos dos Reis Junior AGDO: Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga PENHORA Execução de título extrajudicial Impenhorabilidade de bem de família Existência de coisa julgada Alegação afastada. EXECUÇÃO Impugnação ao laudo pericial Falta de interesse recursal Ocorrência Ausência de prejuízo para o recorrente Jurisprudência do STJ Não conhecimento da alegação. Recurso conhecido em parte e desprovido na parte conhecida.

5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0138768-86.2012.8.26.0000/50000 – COMARCA: MONTE MOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, para sanar erro material Artigos 463 e 535 do Código de Processo Civil Inexistência de referidos defeitos - Embargos de declaração que, via de regra, não podem conferir efeitos infringentes ao julgado Evidente pretensão de reexame da matéria, que se mostra incabível Precedentes do STJ e STF – Embargos rejeitados.

32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação Cível nº 9199489-50.2009.8.26.0000 Comarca: São José dos Campos 8ª Vara Cível APELAÇÃO AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO DESISTÊNCIA RECURSAL MANIFESTADA PELAS PARTES ADMISSIBILIDADE HOMOLOGAÇÃO DE RIGOR. DESINTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. RECURSOS PREJUDICADOS.

17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, 10 de abril de 2013. APEL.Nº: 0173194-52.2011.8.26.0100 Direito recursal. Decisão incensurável. Razões do recurso insuficientes. Desnecessidade de reforço de fundamentação para manter a sentença por suas próprias razões, com pequenos retoques. Embargos de declaração. Inexistência de quaisquer dos vícios autorizadores da medida. Ausência, entretanto, de expediente intencional. Caráter protelatório e litigância temerária. Prática não evidenciada. Multa afastada Apelação provida para esse fim.

14ª Câmara de Direito Público Apelação nº 0007730-78.2011.8.26.0066 2, Comarca de Barretos APELAÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA Vícios no processo administrativo Matéria não alegada em primeiro grau Impossibilidade de inovação em sede recursal Direito líquido e certo não caracterizado Segurança denegada Apelação não provida.

15ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, 11 de abril de 2013. APEL.Nº: 0063753-26.2002.8.26.0562 COMARCA: SANTOS APELAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL Valor inferior ao de alçada Remessa à origem para processamento dos embargos infringentes, se presentes os requisitos de admissibilidade APELO NÃO CONHECIDO, com observação.

17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, APEL.Nº: 0042644-09.8.26.0562 COMARCA: SANTOS ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. Pedido indeferido pela r. sentença. Impugnação no recurso de apelação. Admissibilidade. Recorrente não fez prova de que não possui condições de arcar com as custas do processo. Indeferimento da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita mantido. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. Alegação de cerceamento de defesa em razão do julgamento nos moldes do art. 285-A do CPC. Desacolhimento. Por força da natureza jurídica da matéria debatida, a questão fática encontra-se devidamente delineada nos autos, por meio dos documentos que foram apresentados, restando tão-somente a matéria de direito, motivo pelo qual a sentença veio a lume corretamente. Recorrente não impugnou em seu recurso de apelação as demais questões decididas na r. sentença, motivo pelo qual elas não serão analisadas. Recurso improvido.

16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, 9 de abril de 2013. Apelação sem Revisão/Reexame necessário nº 0155676-63.2008.8.26.0000 Comarca: Santo André AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO REEXAME NECESSÁRIO. Sentença de primeiro grau proferida em 23.02.1999, antes da reforma processual introduzida pela Lei nº 10.352/2001. Sentença que embora julgando procedente a ação, não submeteu o feito ao reexame necessário. V. Acórdão proferido confirmou a sentença de primeiro grau, mas afastou o cabimento do recurso oficial, com fundamento nas disposições do artigo 475, § 2º, do CPC, introduzido pela referida Lei nº 10.352/2001, por entender que os valores das diferenças versadas nos autos não alcançavam o limite de 60 salários mínimos. Recurso Especial repetitivo tratando de questão relativa à obrigatoriedade do reexame necessário e inaplicabilidade da reforma processual engendrada pela Lei nº 10.352/2001, por força do princípio “tempus regit actum”. Sentença proferida em 1999. Recurso “ex officio” obrigatório. Julgado em desconformidade com a orientação traçada pela Corte Superior. Devolução dos autos à Turma Julgadora por determinação do Exmo. Senhor Presidente da Seção de Direito Público, nos termos do art. 543-C, § 7º, do CPC. RECURSO OFICIAL Inaplicável à espécie dos autos a reforma processual engendrada pela Lei nº 10.352/2001, por força do princípio “tempus regit actum”, considerando-se que a sentença de primeiro grau aqui proferida é de 1999, verifica-se imperativo que se tenha o recurso oficial por interposto, adequando-se o V. Acórdão recorrido nesse particular. Recurso “ex officio” obrigatório e, assim, tido por interposto, conhecido e provido em parte. Juros de mora Devidos desde a data da citação válida do INSS, nos termos da Súmula nº 204 do STJ Cômputo: devem ser contados de modo englobado, sobre o montante total das diferenças vencidas até a data da citação, e após, mês a mês, de maneira decrescente, nos percentuais de 0,5% ao mês até a vigência do CC/2002, a partir de quando passarão a incidir à base de 1% ao mês (artigo 406 do novo CC c/c. artigo 161, § 1º, do CTN), até a data de vigência da Lei nº 11.960/2009. Com a vigência da Lei nº 11.960/2009, aplicar-se-á o disposto no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97. Atualização monetária Incidente sobre as diferenças devidas mês a mês, desde cada vencimento. Índice aplicável Para a correção monetária dos atrasados deve-se observar os índices de variação do IGP-DI, por força do que decorre da interpretação do artigo 10 da Lei nº 9.711/98 a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009 deve ser observado o que determina o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97. Artigo 58 do ADCT Vigência temporária Critérios de reajustamento definidos na Lei de Benefícios e Custeio. O artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 teve vigência transitória, alcançando os benefícios em manutenção apenas entre os meses de abril de 1989 a dezembro de 1991, vigorando a partir de então os critérios de reajustamento definidos no plano de Custeio e Benefícios. Honorários advocatícios Devem

incidir, no percentual fixado em sentença, mas sobre o montante das diferenças devidas e vencidas até a data da sentença, na forma da súmula nº 111 do STJ. Adequação necessária do V. Acórdão recorrido. Recurso oficial tido por interposto, conhecido e parcialmente provido.

4ª Câmara de Direito Público Agravo Inominado nº: 0023849-27.2009.8.26.0053/50000 São Paulo Agravo Inominado interposto contra decisão monocrática proferida em Apelação, que deu provimento ao recurso dos autores. Ação Ordinária. Pretensão dos agravados ao recálculo de seus vencimentos com a sua conversão em URV. Pretensão acolhida pelo Relator. Recurso da Fazenda do Estado contra essa decisão monocrática, sob o fundamento de que a convivência harmônica entre os arts. 475, I e 557 do CPC leva a uma aplicação restritiva deste último dispositivo com relação à Fazenda Pública, uma vez que não se pode dizer que a decisão do Relator dando ou negando provimento ao apelo é suficiente a satisfazer o duplo grau de jurisdição. Abuso do direito de recorrer configurado ante o posicionamento do STJ e a desconsideração da ré com relação às decisões com efeito vinculante de tribunal superior. Decisão mantida. Recurso não provido, com observação.

14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, São Paulo, 11 de abril de 2013. Apelação nº 0017702-47.2009.8.26.0000 RECURSO Reexame necessário Inadmissibilidade, “in casu” Valor do direito controvertido não excedente a 60 salários mínimos Incidência à espécie do § 2º do art. 475 do CPC, acrescido pela Lei nº 10.352/2001 Não conhecimento. APELAÇÃO Intempestividade Recurso não conhecido.

5ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, Agravo Regimental nº 0043011-71.2010.8.26.0053/50000 COMARCA DE ORIGEM: SÃO PAULO AGRAVO INTERNO Interposição fundada no artigo 557, §1º, do Código de Processo Civil Apelação originária, à qual foi liminarmente negado seguimento Prevalência da motivação exposta na decisão agravada Recurso não provido. DECISÃO MONOCRÁTICA Apelação interposta contra sentença proferida em ação repetitiva de recomposição salarial e/ou pensão Reexame necessário também interposto Legislação superveniente no caso concreto, que permite excepcionalmente a decisão recursal monocrática Exegese do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil Hipótese de rejeição sumária Seguimento negado. COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS Adicional de Local de Exercício: LCEs nºs 689/1992 e 830/1997 Adicional Operacional de Localidade: LCEs nºs 994/2006 e 998/2006 Superveniência das LCEs nºs 1.065/2008, 1.114/2010 e 1.117/2010 - Acréscimos pecuniários característicos de aumento salarial genérico, portanto extensivo ao pessoal inativo Base de cálculo definida em 100% do valor correspondente à classificação da Organização Policial Militar em que se encontrava em exercício o ex-servidor, no momento da inatividade.

10 A tendência do tema no projeto do novo Código de Processo Civil

O projeto do novo Código de Processo Civil que tramita no Congresso Nacional prevê algumas alterações no tema do presente trabalho, mas grande parte do texto original está sendo mantida. Analisando os principais assuntos é possível destacar a previsão de:

- a) redução do rol dos recursos e respectivos prazos;
- b) alteração topológica do título dos recursos e extinção dos embargos infringentes e do agravo retido;
- c) agravo interno;
- d) unificação de prazo (de 15 dias) para a interposição de recurso (15 dias), ressalvado o caso dos embargos de declaração (de 5 dias);
- e) efeito suspensivo aos recursos. A interposição de recurso não importará em efeito suspensivo automático somente o relator poderá atribuir efeito suspensivo se convencido da probabilidade de provimento do recurso, o que indica que essa alteração só alterará o atual procedimento da apelação e do recurso ordinários, já que os demais recursos não tinham efeito suspensivo automático;
- f) desistência do recurso. Refere-se à desistência nos casos de recursos repetitivos. O artigo 911 do novo Código de Processo Civil prevê que mesmo após a desistência do recorrente, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderão seguir o julgamento da controvérsia em discussão. Algumas dúvidas também surgem quando da leitura dessa regra: qual seria a natureza do julgamento dessa controvérsia, visto que não existe mais determinado processo ou se seria meramente administrativa; e quem teria legitimidade recursal para recorrer dessa decisão;
- g) contagem do prazo recursal. O artigo 816 em nada alterou os marcos iniciais de contagem de prazos para interposição dos recursos. Porém, observa-se que o artigo 174 do projeto estabelece que os prazos devam contados em dias úteis;
- h) o legislador ao corrigir um erro do atual texto traz para teoria geral os dispositivos que tratam da possibilidade da pena de deserção ser relevada, que antes eram previstos no capítulo da apelação;
- i) na parte de teoria geral dos recursos (art. 922) está previsto que o acórdão, unânime, que não admitir ou negar provimento ao recurso, irá fixar honorários de sucumbência;
- j) o juiz também poderá suspender o processo até 12 meses, salvo se o relator entender de forma diversa, conforme § 3º do artigo 931;
- k) aumento das hipóteses de cabimento dos embargos de vigência, em razão de muitas divergências em casos análogos e diferentes decisões para iguais num mesmo tribunal ou turma ou câmara, bem como entre os recursos especial e extraordinário ou entre juízo de admissibilidade e juízo de mérito.

11 Conclusão

Os recursos no sistema de impugnação da decisão judicial são variados e abrange quase a totalidade das possíveis insurgências dos litigantes.

Há, porém, casos em que em razão de vedação legal de se recorrer perfeitamente viável o manejo de medidas impugnativas como, por exemplo, a do mandado de segurança.

Em caso de atos procedimentais sem nexos diretos com a lide, pode ocorrer o seu acerto por meio da correção parcial. Além disso, ainda há a possibilidade de interposição de reclamação quando constatado desrespeito pelo juízo *a quo* ao já decidido pelos tribunais superiores.

Em regra, às demais variadas espécies de medidas impugnativas visam à reabertura do contraditório e da ampla defesa, e isso pode parecer aleatório, mas não é, pois o direito e o momento de interpô-los estão expressamente previstos na legislação processual civil. Outrossim, é claro que existe também regramento quanto aos pressupostos específicos para cada uma dessas hipóteses legais.

No mais, depois de preenchidos os requisitos e os pressupostos legais (objetivos e subjetivos), o magistrado verificará se a medida efetivada foi providenciada no prazo, se houve preparo, se há legitimidade, interesse, adequação, fungibilidade ou se não contraria a lei ou a decisão do próprio juízo (art. 285) ou dos tribunais superiores.

Essa razão de ser indica não poder a parte valer-se dos vários tipos de recursos para procrastinar a entrega da tutela jurisdicional e o conseqüente adiamento desarrazoado da pacificação do conflito instaurado entre litigantes.

Enfim, necessário é o controle dos atos judiciais como forma de se assegurar a justa decisão ou o próprio procedimento judicial e, por outro lado, também imprescindível o exame pelo juízo de admissibilidade recursal com o escopo de assegurar as garantias constitucionais consagradas pelo *due process of law*.

Portanto, o juízo de admissibilidade recursal implica a análise dos requisitos que pressupõe a existência e validade dos recursos, além de serem imprescindíveis para a

concretização do direito de se recorrer de uma determinada decisão judicial, até porque sem a verificação dos devidos pressupostos não será o recurso conhecido ou, se admitido, não será necessariamente provido.

12 Referências

ASSIS, Araken de. **Doutrina e prática do processo civil contemporâneo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BAPTISTA, Sonia Márcia Hase de Almeida. **Dos embargos de Declaração**. 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Apelação – questões sobre admissibilidade e efeitos**. In NERY JR, Nelson; ARRUDA ALVIM WANBIER, Teresa – Coordenadora, aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**, volume 1, 49ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

JUNIOR, Joel Dias Figueira. LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais**, 1ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento**, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

MEDINA, José Miguel Garcia. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Processo civil moderno 2. Recursos e ações autônomas de impugnação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de. JUNIOR, Luiz Manoel Gomes. **Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos**, 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PINTO, Nelson Luiz. **Manual dos recursos cíveis**, São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

TUCCI, Rogério Lauria. **Curso de Direito Processual – Processo Civil de Conhecimento – II**, 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 1976.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Controle das decisões judiciais por meio de recursos de estrito direito e da ação rescisória: recurso extraordinário, recurso especial e ação rescisória: o que é decisão contrária à lei?** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. **Curso avançado de processo civil**, volume 1, 5ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. **Curso avançado de processo civil**, volume 1, 7ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. **Curso avançado de processo civil**, v. 1, 10ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008.